
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DOS AGRICULTORES FAMILIARES ORGÂNICOS NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA-PERNAMBUCO - EM 2020

Socioeconomic characterization and social organization: an analysis of organic farmers in the municipality of Lagoa de Itaenga-PE - 2020

Rubénice Maria de Freitas

Engenheira Agrônoma. Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias (UFSCar/CCA). Coordenadora Pedagógica. Rodovia Anhanguera, Km 174, Araras/SP, Brasil. rubynha1995@gmail.com

Marta Cristina Marjotta-Maistro

Economista. Doutor em Economia Aplicada. Professora Associada do UFSCar/CCA. marjotta@ufscar.br

Adriana Estela Sanjuan Montebello

Economista. Doutor em Economia Aplicada. Professora Associada do UFSCar/CCA. adrianaesm@ufscar.br

Marcos Antonio Bezerra Figueiredo

Engenheiro de Pesca. Doutor em Agroecologia, Sociología y Desarrollo Sostenible. Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação (UFRPE). Av. Dom Manoel de Medeiros, S/N. Dois Irmãos- Recife, PE, Brasil. mfigueiredoufrpe@gmail.com

Resumo: O ser humano, enquanto indivíduo, tem suas próprias características que o tornam pertencente a determinado grupo social característico de determinado território. Diante disso, o artigo tem por objetivo caracterizar o perfil socioeconômico e alimentar dos agricultores familiares orgânicos envolvidos na pesquisa, evidenciando as políticas públicas adotadas por eles, no que se refere à questão da segurança alimentar e nutricional. A pesquisa deu-se por meio de um formulário semiestruturado composto por 16 questões, sobre renda, escolaridade, gênero, organização social, alimentação e políticas públicas, aplicado no primeiro semestre de 2020, com 8 grupos familiares, localizados na Zona Rural do município de Lagoa de Itaenga-PE. Os principais resultados foram: a) a maioria dos entrevistados (55%) cursou/cursando o ensino fundamental, b) a maior parte do público (53%) identifica-se como gênero masculino; c) em relação à renda, 38% recebem até 2 salários-mínimos e, entre esses, alguns recebem adicionalmente o Bolsa Família como benefício (38%) e 25% aposentadoria; d) em relação às políticas públicas, os agricultores têm acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conclui-se que a participação na associação contribuiu positivamente com a renda das famílias e com a promoção da segurança alimentar e nutricional por meio do fortalecimento dos grupos familiares nos espaços de comercialização e na mudança positiva nos hábitos alimentares.

Palavra Chaves: agricultura familiar; alimentação; segurança alimentar; políticas públicas.

Abstract: The human being, as an individual, has its own characteristics that make them belong to a particular social group characteristic of a given territory. Given this, the article aims to characterize the socioeconomic and food profile of family organic farmers involved in the research, highlighting the public policies adopted by them, with regard to the issue of food and nutrition security. The research was carried out through a semi-structured form composed of 16 questions about income, education, gender, social organization, food and public policies, applied in the first half of 2020, with 8 family groups, located in the rural area of the municipality of Lagoa de Itaenga-PE. The main results were: a) most of the interviewees (55%) had attended/are attending elementary school, b) most of the public (53%) identifies as male; c) regarding income, 38% receive up to 2 minimum wages and, among these, some receive the Bolsa Família as an additional benefit (38%) and 25% retirement; d) regarding public policies, farmers have access to the Food Purchase Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE).

It is concluded that participation in the association has contributed positively to the families' income and to the promotion of food and nutritional security through the strengthening of family groups in marketing spaces and the positive change in eating habits.

Keywords: family farming; food; food security; public policy.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças na agricultura são inevitáveis principalmente por ser esse um setor no qual se depende totalmente de recursos naturais. De acordo com Alves *et al.* (2012), essas mudanças vêm em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias, de máquinas agrícolas e da indústria química, que, embora impulse a produção de alimentos, também produz efeitos colaterais. Pensando em combater e evitar o surgimento desses efeitos, muitos agricultores optaram por seguir modelos de produção diferenciados, tal como o sistema orgânico de produção.

Esse mercado de orgânicos apresenta nichos diferentes que compreendem exigências e demandas diferenciadas, ou seja, para o comércio de alimentos orgânicos em supermercados, a exigência é a existência da certificação comprovada pelo selo de produto orgânico, enquanto a comercialização por meio dos circuitos curtos, ou seja, o canal direto entre agricultores e consumidores finais, permite um outro meio de confiabilidade do produto para ser garantido como orgânico, a vinculação do agricultor a uma Organização de Controle Social (OCS), ou ainda, a própria relação de confiança entre cliente e vendedor.

As formas de fiscalização, em alguns aspectos, são diferentes, pois os agricultores familiares orgânicos não certificados trabalham de forma que um se solidariza com os outros no processo de acompanhamento e fiscalização das produções, enquanto os agricultores certificados são fiscalizados pela instituição credenciada para tal atribuição.

Esse processo de fiscalização confere a veracidade para as instituições (OCS) que são formadas por famílias produtoras de alimentos saudáveis, sendo um ponto importante quando se relaciona com a segurança alimentar, pois esta não contempla apenas o ato de saciar a fome, mas de promover o acesso a alimentos saudáveis que permitam a nutrição do corpo. A promoção da segurança alimentar nutricional, a partir do consumo de alimentos com qualidade, segue as diretrizes da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Como forma de fortalecer esse trabalho da promoção da segurança alimentar e nutricional, várias políticas públicas e programas governamentais foram criados tanto para o combate a fome quanto para o fortalecimento da agricultura familiar, sendo eles: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece que, de acordo com a Lei 11.947 Art. 14, no mínimo de 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser direcionados para compra de produtos oriundos da agricultura familiar e destinados à merenda escolar; e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que direciona os alimentos para outras instituições como hospitais, asilos e creches, sendo uma das alternativas para combater a insegurança alimentar grave e moderada.

A partir do supracitado, compreendendo o papel da agricultura familiar no cenário produtivo nacional e nordestino, principalmente na agricultura orgânica, alguns questionamentos são alavancados, dentre eles: Quem são os agricultores responsáveis pela produção de alimentos orgânicos? Quais as características de agricultores da Região Nordeste, em específico de Lagoa de Itaenga?

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo caracterizar o perfil socioeconômico e alimentar dos agricultores familiares orgânicos envolvidos na pesquisa, evidenciando as políticas públicas adotadas por eles, bem como levantar as questões no que se refere à segurança alimentar e nutricional, considerando as variáveis: renda, escolaridade, gênero, organização social, alimentação e acesso às políticas públicas.

No entanto, este artigo não tem o intuito de fazer a avaliação do crescimento propriamente dito da agricultura orgânica, mas conhecer pequena parcela dos responsáveis pela sua expansão, que acreditaram e trabalharam para fazer dar certo.

O presente trabalho é estruturado em introdução; fundamentação teórica, na qual discorre sobre a temática da pesquisa, com informações relevantes para a sua compreensão; materiais e métodos, com informações sobre a área de estudo, o método utilizado para a execução da pesquisa e a análise de dados; e por fim, resultados e discussões e as considerações finais, seguidas das referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico consiste na compreensão da temática trabalhada nesta pesquisa, considerando a agricultura familiar, que é uma das responsáveis pela produção e abastecimento de alimentos no Brasil, e o associativismo, como forma de organização social, que contribui para a organização, acesso a crédito e políticas públicas por parte dos agricultores familiares.

Ser agricultor familiar no Brasil é assumir o papel de luta por suas terras, por segurança de viver nelas e por direitos de continuar a sobreviver por meio delas. Ser agricultor familiar que trabalha com agricultura orgânica é um desafio ainda maior, pois vai contra um sistema de produção hegemônico, ao qual a maioria da sociedade está habituada, mas que, com o passar do tempo, tem sido percebido como um nicho de mercado.

Mesmo diante de várias dificuldades, essa categoria vem resistindo e ganhando reconhecimento perante o governo, com conquistas de Lei e Normativas e consolidação de informações. O MAPA, desde 2011, passou a disponibilizar em seu site o acesso ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e entidades certificadoras, bem como várias informações relativas às organizações, dados da produção, tipo de certificação, entre outras informações (Vilela *et al.*, 2019).

De acordo com a atualização do MAPA, em fevereiro de 2021, no Brasil existiam 24.170 agricultores orgânicos registrados; no estado de Pernambuco, existiam 1.030 agricultores, sendo 629 na Zona da Mata Pernambucana e 7 na Zona da Mata Setentrional, registrados como orgânicos vinculados a OCS.

Esse avanço na quantidade de produtores, em muitos casos, se deve à questão organizacional dos agricultores, que os levou a participar de associações, como forma de trazer oportunidade e fortalecer os agricultores. Sangalli *et al.* (2015, p. 228) afirmam que “o associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos”. O associativismo também é visto como uma estratégia para facilitar a produção e a comercialização dos seus produtos, haja vista que existe grande dificuldade dos pequenos produtores se posicionarem sozinhos no mercado (Clemente *et al.* 2020, p. 44854).

De acordo com Sangalli *et al.* (2015, p. 228), “o associativismo cria um ambiente flexível, caracterizado pelo fato de que distintos atores interagem, o que resulta num produto harmônico no estabelecimento de uma comunidade de interesses” visando à adoção de formas de agir em conjunto, estimulando a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento e o empoderamento das pessoas (Balem, 2016, p. 28).

As organizações sociais, sejam elas cooperativa ou associação, contribuem de alguma forma com o desenvolvimento comunitário, assim como já acontecia desde os primórdios, quando a prática do associativismo provinha da organização das tribos para se proteger das tribos rivais. De acordo com Souza (2016), o associativismo rural já acontecia de forma indireta na sociedade, quando a necessidade de proteção e produção de alimentos foram os principais motivos que levaram as tribos a se organizarem, e foi a partir da evolução desse pensamento e compreensão da importância de se organizarem que houve o desenvolvimento de quem praticava o associativismo,

pois a união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos, equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento.

As associações também possibilitam que, por meio da organização, os agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas. A criação das políticas públicas no Brasil, com direcionamento para agricultura familiar, é uma luta constante de direitos, tendo ainda em suas entrelinhas características do sistema de agricultura não familiar, e mesmo quando pensando para esta categoria de agricultores, são conquistas que demoraram a ser adquiridas, e conceitos que demoraram a ser reconhecidos diante do Estado.

Os primeiros programas criados foram com o direcionamento para linhas de crédito para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, como uma linha de crédito de custeio; em seguida, por reivindicação dos movimentos sociais, surgiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) (IPEA, 1999). Outras formas de financiamento foram surgindo com o decorrer do tempo, principalmente pelos Bancos do Brasil e Banco do Nordeste.

Os programas que surgiram com a proposta de combate à fome tiveram a sua criação a partir do ano de 2003, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003. O PAA tem, entre seus objetivos principais, promover a inclusão produtiva dos agricultores mais pobres e garantir à população o acesso à alimentação saudável (Sambuichi *et al.*, 2020).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia desde a década de 1940, no entanto com outro nome e com outras formas de financiamento, foi alterado a partir da Lei nº 11.947 de 2009, quando o programa foi expandido para todas as redes de ensino da rede pública de educação básica e de jovens e adultos, passou a ser financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC) e começou a ter o fornecimento de alimentos oriundos da agricultura familiar (Peixinhos, A. M. L., 2013).

Esses programas têm se tornado o principal contribuinte para o fortalecimento da agricultura familiar e a valorização do campo, principalmente na educação do campo, onde os filhos dos agricultores vão para a escola e se alimentam dos produtos que suas famílias cultivam, e essa relação desperta um incentivo na criança, desde a primeira formação e construção de conhecimento, sobre a riqueza de produzir e o valor da qualidade de uma alimentação saudável.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta sequência será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, com o intuito de caracterizar o público-alvo e apresentar a área estudada e a forma de análise dos dados coletados.

3.1 Caracterização do público-alvo

A proposta da pesquisa foi elaborada, posteriormente apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, após aprovação (Protocolo nº 20181119.5.0000.5504), foi realizada a pesquisa de campo com o levantamento dos dados primários junto aos agricultores.

O instrumento de coleta de dados foi um formulário, dividido em blocos compostos por 16 questões, que permitiram o aprofundamento nas experiências dos agricultores em relação à segurança alimentar, ao acesso às políticas públicas e à compreensão de como a participação nas organizações sociais (associações) tem influenciado a vida dos grupos familiares no que se diz respeito à sua segurança alimentar.

A pesquisa contemplou, de forma indireta, 24 pessoas e, de forma direta, 8 grupos familiares do total de 10 que possuem o documento de Organização de Controle Social (OCS), e do total de 13

famílias que participam das feiras orgânicas no estado de Pernambuco. Essa amostragem ocorreu a partir das adequações ocorridas no projeto de pesquisa decorrente da pandemia de Covid-19.

Na definição da amostragem, foi identificado que apenas uma associação que correspondia à Zona da Mata Setentrional estava com registro no site do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, porém a quantidade de agricultores registrados no site estava desatualizada. Dessa forma, a amostragem foi definida de acordo com a referência do site e de dados da própria associação, na qual constou que, até dezembro de 2020, foram 10 sócios com OCS e, a partir desse quantitativo, foi realizada a amostragem com 80% dos sócios.

A amostragem restringiu o quantitativo de indivíduos e subtraiu a área de coleta de dados da pesquisa, adotando-se os seguintes critérios: estarem localizados na Zona da Mata Pernambucana e registrados no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com esses critérios, a pesquisa focou na Comunidade Marrecos e na Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM), localizada em Lagoa de Itaenga.

A ASSIM foi criada em 1998 no intuito de trabalhar projetos voltados à obtenção de linhas de crédito para os agricultores familiares, e sua criação foi estimulada a partir da parceria com a Organização Não Governamental Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). Por meio dessa parceira, foram prestados serviços de assistência técnica e extensão na comunidade, promovendo cursos, oficinas e outras atividades que contribuíram na construção de uma nova perspectiva para as famílias produzirem de forma sustentável, sem o uso de agrotóxicos e baseados na gestão familiar. No decorrer do tempo, houve o envolvimento de agricultores com a visão de trabalhar também a produção sustentável, e, a partir do ano 2000, eles passaram a desenvolver sistemas orgânicos de produção seguindo os princípios da Agroecologia.

As atividades da associação são voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da produção orgânica e da transição agroecológica, buscando o fortalecimento por meio do envolvimento de novas famílias na produção de produtos *in natura*, além dos produtos beneficiados, a fim de agregar valor, resultando na permanência da população no campo, principalmente das mulheres e dos jovens, visando ao desenvolvimento da agricultura familiar e a qualidade de vida, respeitando os direitos humanos.

A ASSIM, no decorrer dos anos, vem passando por um avanço das atividades de base ecológica com o apoio de instituições do terceiro setor e públicas. O apoio advém das seguintes iniciativas e instituições:

- A Universidade Federal Rural de Pernambuco, que, através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP), desenvolveu processos de sensibilização voltados para mudanças de uma agricultura tradicional para uma agricultura de base ecológica ou transição agroecológica;
- O SERTA, que implantou o fundo de Apoio a Projetos Produtivos dos agricultores; o Projeto Brasil local do Ministério do Trabalho/Secretaria de Economia Solidária;
- Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (COEP), que apoiou a comunidade na busca por qualidade de vida através do desenvolvimento comunitário e por meio de atividades voltadas aos agricultores e aos jovens, como a implementação de telecentro comunitário;
- O Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica;
- O projeto ECOFORTE, executado em parceria com o Centro Sabiá em benefício aos agricultores, na produção de beneficiamento, processamento e comercialização, máquinas para processamento de alimento, compondo uma cozinha comunitária;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Vitória de Santo Antão, com projetos integrados, tendo como tema central “Diagnóstico e Apoio à Transição Agroecológica nas Comunidades de Imbé, Marrecos e Sítios vizinhos”, e Campus Recife, com o projeto Turismo Rural Pedagógico;

- Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga - Pernambuco;
- Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE);
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), dando ênfase ao acesso às políticas públicas e ao resgate das sementes crioulas.

3.2 Instrumento e forma de coleta de dados

O formulário foi dividido em blocos A e B, contendo 16 questões, considerando as seguintes variáveis: escolaridade, idade, gênero, renda, participação em organização social, alimentação.

Antes de ser apresentado e aplicado com o público-alvo, esse formulário foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juntamente com o projeto de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e cronograma; somente após a aprovação e emissão do parecer liberando a etapa de coleta de dados, deu-se início às atividades de campo, nas quais o primeiro passo foi a apresentação da pesquisa para os agricultores e, em seguida, as visitas para entrevistas, que ocorreram nos espaços de reuniões na sede da associação e nas casas dos agricultores. Houve também, como parte da pesquisa, a participação em diversas atividades em andamento com o envolvimento do público-alvo e de seu espaço de trabalho, tais como: reuniões, visitas aos pontos de comercialização direta e às propriedades dos agricultores, constituindo o diário de campo.

3.3 Análise dos dados

Os dados quantitativos e qualitativos foram analisados por meio dos instrumentos da metodologia da análise de conteúdo. Considerado que essa metodologia, de acordo com Franco (2005), consiste em uma análise por meio da mensagem escrita, oral, documental ou figurativa, de forma crítica e contextualizada.

O procedimento das perguntas abertas passou pelo processo de pré-análise, que consiste na leitura das respostas, análise da coerência das respostas de acordo com a pergunta e, em seguida, na criação das categorias e identificação dos quantitativos de respostas de acordo com as categorias, o que permite a análise final dos resultados. As respostas fechadas passaram apenas pelo levantamento da frequência de respostas para cada questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico serão apresentadas e discutidas as informações obtidas com a pesquisa de campo com os 8 grupos familiares de Lagoa de Itaenga.

4.1 Caracterização do perfil socioeconômico do grupo familiar dos agricultores orgânicos

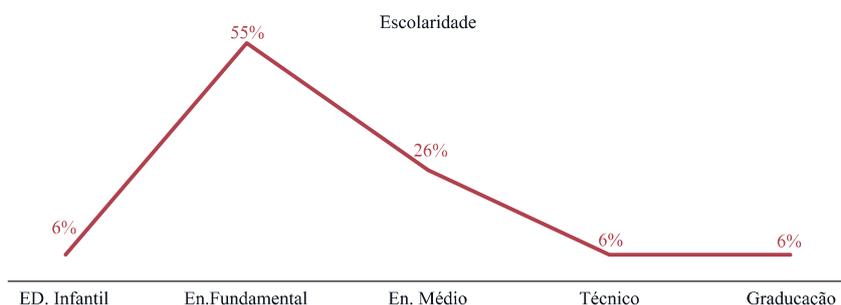
Na pesquisa de campo, foram abordados 8 grupos familiares, do total de 10 que têm cadastro no MAPA como pertencentes à Zona da Mata. Levantaram-se informações sobre escolaridade, gênero, idade e renda, variáveis importantes para o conhecimento do público o qual se está estudando, sendo necessário o conhecimento para verificar as interferências dessas variáveis na qualidade de vida, seja pelo acesso à educação, seja ao lazer, ao trabalho, e o acesso ao alimento.

Com o resultado das variáveis supracitadas, principalmente a variável escolaridade, que, de acordo com Ferreira e Pomponet (2019, p. 268), “pode ser apontada como um dos elementos de desigualdade, isso porque uma pequena diferença nos anos de estudo costuma impactar expressi-

vamente na remuneração dos trabalhadores”, verifica-se que a escolaridade desse público pode ter interferência na renda do grupo familiar, a partir do ponto em que as oportunidades de emprego e de mercado exigem determinado conhecimento ou formação, bem como no comportamento alimentar, como afirmam Assis *et al.* (2014, p. 114) quando dizem que “o comportamento alimentar é influenciado por fatores como idade, sexo, etnia, escolaridade e estado civil”.

A partir dos dados desta pesquisa apresentados na Figura 1, verifica-se que a maioria dos indivíduos tem escolaridade de ensino fundamental (55%) – alguns se encontram ainda nessa classe de estudo, e outros só estudaram até determinada série que se inclui nesse nível de escolaridade; em segunda posição, aparece o ensino médio (26%), em que se incluem os agricultores que chegaram até séries que se encaixam nesse nível ou que ainda estão estudando.

Figura 1 – Escolaridade do grupo familiar dos agricultores orgânicos no município de Lagoa de Itaenga, em percentual.

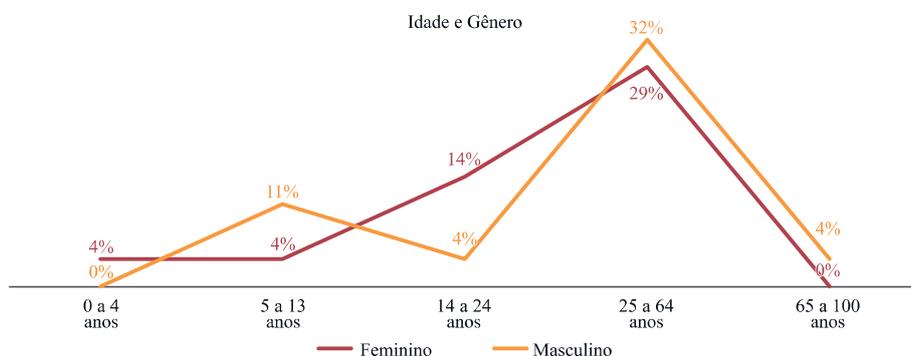


Fonte: Dados da pesquisa.

A ausência do analfabetismo e a presença do ensino técnico e superior mostram que a população rural tem buscado formas de aprimorar seus conhecimentos e que continuam em seu território rural.

Outras variáveis analisadas foram gênero e idade. Em relação ao gênero, a maioria se identificou como masculina (53,13%), e 46,87% como feminina. Com relação à idade, foram criadas categorias de acordo com o surgimento das idades dos componentes de cada grupo familiar, que compreendeu um total de 24 pessoas, em que a maioria se encontra dentro da categoria de 25 a 64 anos (Figura 2). Nessa faixa etária, os homens correspondem a 32%, e as mulheres, a 29%.

Figura 2 – Classificação da idade e gênero em percentuais

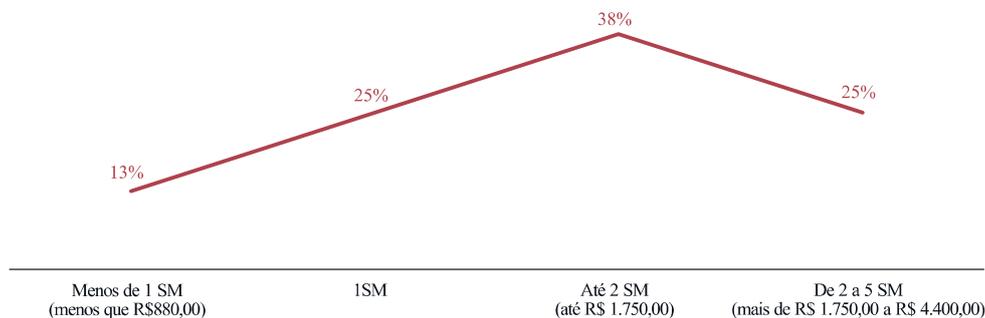


Fonte: Dados da pesquisa.

Esse mesmo público apresentou uma diferença na variável renda, sendo que 38% dos entrevistados recebem por mês até dois salários-mínimos (SM), 25% recebem entre dois e cinco salários-

-mínimos, e 13% correspondem a um público em situação financeira mais delicada, recebendo menos de um salário-mínimo (Figura 3).

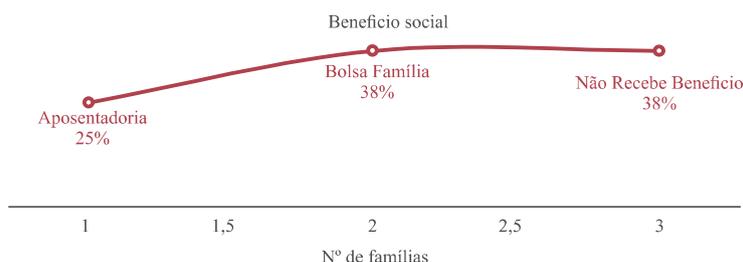
Figura 3 – Distribuição e classificação da renda de acordo com os grupos familiares dos agricultores orgânicos, em percentuais.



Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo que a maioria dos entrevistados apresente uma situação financeira consideravelmente boa, algumas famílias recebem benefício social, o que interfere nos resultados apresentados anteriormente – dentre esses benefícios estão aposentadoria (25%) e o Bolsa Família (38%) (Figura 4).

Figura 4 – Percentual de famílias que acessam benefícios sociais - Aposentadoria ou Bolsa Família



Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, os agricultores orgânicos dessa região têm boas condições financeiras, e isso também se deve à participação deles na associação, como afirma 88% desse público. Essa mudança na renda das famílias interfere em diversos hábitos/rotinas, principalmente na promoção de momentos de lazer, fato relatado por 63% desses agricultores entrevistados, já 13% ainda não tiveram a mudança no item lazer por falta de condições suficientes para tal atividade, deixando-a como algo não prioritário.

A renda das famílias também vem da venda dos produtos na feira. A venda dos produtos diretamente na feira proporciona para o agricultor certas vantagens, tal como a relação mais próxima com os consumidores, o que permite compreender quais os produtos mais desejados pelo lado da demanda no mercado; como também estabelece maior confiança, pelo fato de que muitos consumidores vêm fazer a compra no próprio local de produção. Outra vantagem apresentada por Assis e Romeiro (2005) com relação às feiras no mercado local é a retirada da figura do atravessador, o que resulta na diminuição do custo de comercialização. Isso incentiva os agricultores a terem as suas próprias hortas e a expandirem na prática o sistema de produção orgânica, como já vem ocorrendo na comunidade – novos agricultores estão buscando se associar para começar a entrar no sistema de comercialização e fornecer/levar seus produtos para as feiras orgânicas, seguindo os exemplos dos agricultores mais antigos.

4.2 Reflexo nas relações sociais e as mudanças no hábito alimentar dos agricultores familiares envolvidos no sistema de produção orgânica

As famílias, com o decorrer das atividades no campo, vão criando hábitos e formando relações que podem fortalecer ou afastar sua atenção de uma refeição saudável e de qualidade de forma permanente, e acabam se satisfazendo com uma refeição que apenas sacie sua fome. A rotina da alimentação de uma família é tão importante quanto o acesso à alimentação e suas composições nutricionais, e pensando nisso algumas questões foram elaboradas e levadas para os agricultores.

Quando questionados quanto ao acesso ao alimento e à diversidade dele na mesa da família, 100% dos agricultores afirmaram que tiveram alteração, que sua participação na associação contribuiu para a diversidade de alimentos disponíveis na mesa de sua família, e que essa interferência ocorreu por meio do aumento da diversidade de alimentos consumidos, como também através da aquisição de novos conhecimentos sobre as funções nutricionais dos alimentos. Pode-se notar essa constatação na seguinte fala: “eu cresci acompanhando o processo, quando mãe começou a fazer a formação no Serto e começou a plantar verdura, eu acho que melhorou pela quantidade e diversidade de alimento que a gente tinha, porque na época pai trabalhava na cana-de-açúcar, e a gente não tinha acesso principalmente às folhas, e quando a gente começou a plantar, melhorou a diversidade de tempero e folhosas para a salada, hoje lembro que comíamos muito couve na época” (Agricultor W).

Diante da fala do agricultor, é possível ver a mudança dos hábitos alimentares quando ele afirma a questão do consumo de folhas em salada, e quando vistos os resultados sobre os alimentos produzidos e consumidos pelas famílias, o que mais se destaca é a batata-doce, seguida da macaxeira e feijão. A batata-doce é uma planta de vários usos, podendo ser utilizada tanto na alimentação humana quanto animal, apresenta rusticidade que a torna tolerante à seca, tendo ampla adaptação climática e custo de produção relativamente baixo, o que lhe atribui grande importância socioeconômica entre os agricultores (Fernandes *et al.*, 2014). Sua raiz é a parte principal da planta consumida pela população, assim como na macaxeira, no entanto, suas folhas também podem ser consumidas pelo ser humano, pois têm grande valor nutricional que, de acordo com Maluf (2003), é semelhante ao da folha da mandioca. Salasar, Horn, Golle *et al.* (2019) afirmam que uma vantagem da folha da batata-doce com relação à folha da mandioca é a ausência de princípios tóxicos (cianogênicos).

Outro produto mencionado entre os três principais foi o feijão, uma leguminosa muito presente nos pratos dos brasileiros, principalmente dos nordestinos. Essa leguminosa, quando comparada com a batata-doce, tem teor de proteína inferior ao valor encontrado em uma unidade calórica da folha da batata-doce (Salasar; Horn; Golle *et al.*, 2019). No entanto, o feijão em sua diversidade de variedade, compreende grande importância nutricional, sendo ricos “em nutrientes minerais, os grãos de feijão são ricos, principalmente em potássio (25 – 30% do conteúdo total de minerais), fósforo (cerca de 0,4%), ferro (cerca de 0,007%), cálcio, zinco e magnésio” (Lima; Gomes; Mattar *et al.*, 2014, p. 169).

Entre as diversas culturas que os produtores cultivam também foram mencionadas, com menores frequências, banana, alface, coentro, repolho, quiabo, jerimum, cebola e, atrelada aos sistemas vegetais, a criação animal, com a produção de ovos.

A agricultura orgânica, considerando os resultados desta pesquisa, apresentou-se como principal ferramenta de mudança de vida, levando os agricultores a participarem da associação. Essa participação promoveu grandes mudanças na renda das famílias e nos hábitos alimentares, sendo que 63% dos agricultores afirmam que passaram a ter novos hábitos alimentares, e outros deixaram de comprar alimentos convencionais e passaram a produzir o seu próprio alimento. Toda essa mudança proporcionou aos agricultores comercializar hortaliças e produtos beneficiados em diversos locais, desde a capital até feiras mais próximas ao município de Lagoa de Itaenga, como

também dentro do próprio município (no qual não se tinha tanto conhecimento sobre a produção de alimentos orgânicos).

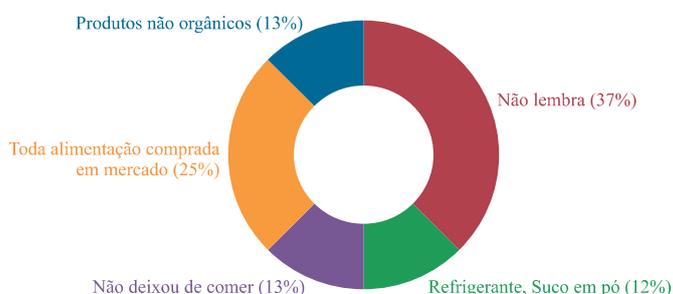
Considerando os dados apresentados na Figura 5, pode-se observar as famílias que tiveram modificação nos hábitos alimentares. A primeira modificação mencionada foi das famílias que deixaram de comprar a maior parte dos alimentos (25%), e hoje a maior parte dos alimentos consumidos são produzidos em sua propriedade, já 38% não lembram o que comiam antes dessa mudança, 13% tomavam refrigerante e suco em pó e deixaram de tomar, hoje produzem e consomem as próprias frutas, e 13% não mudaram, pois continuam comendo os mesmos produtos que comiam antes (refrigerantes, enlatados e com conservantes).

Essa realidade permitiu aos agricultores e seus familiares uma maior relação com sua propriedade e consciência do valor nutricional dos alimentos que produzem, outros passaram a ter uma alimentação mais saudável, coisa que antes não podiam ter por questões de renda ou por ter acesso a produtos de origem desconhecida.

Esses resultados se reafirmam quando a Agricultora D afirma: “Nossa qualidade de vida mudou quando começamos a participar da associação, na qual fomos vendo que tudo aquilo que plantamos podíamos consumir saudável, sem nenhum resíduo de agrotóxico. Éramos acostumados a ir nas feiras livres e comprar tudo aquilo que consumimos, é muito satisfatório plantar e colher e consumir. Ah, esta é a nossa qualidade de vida saudável”.

Atualmente os agricultores têm a maior parte da sua alimentação produzida em sua propriedade, sendo 50% dos grupos familiares com produção de 60% do alimento produzido, 38% com 70% de consumo oriundo de sua propriedade, e, 50% com 13% de consumo dos alimentos produzidos (Figura 6). Embora a maioria dos agricultores tenha a maior parte dos alimentos consumidos oriundos de sua propriedade, ainda existe dependência da rede de supermercados para a compra de produtos de higiene pessoal, arroz, macarrão entre, outros que eles não produzem.

Figura 5 – Modificações alimentares ocorridas por meio do trabalho com a agricultura orgânica, em percentuais



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Percentual de alimentação adquirida e consumida pelos grupos familiares



Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Contribuição do associativismo na transformação de vida dos grupos familiares

A contribuição do associativismo é reafirmada com os resultados apresentados nesta pesquisa com os agricultores da Zona da Mata Setentrional, de forma mais específica na alimentação, no lazer e na renda das famílias (Figura 7).

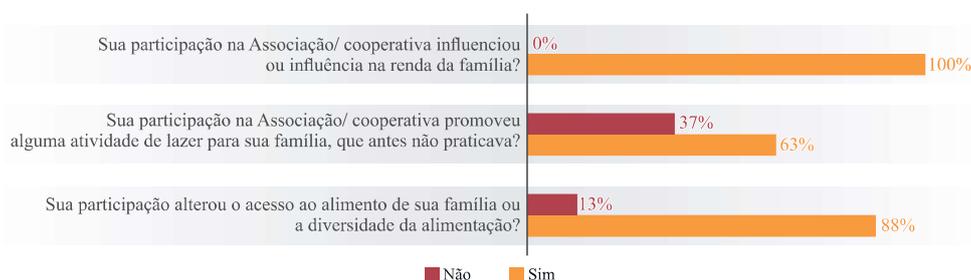
No tocante aos resultados referentes à participação dos membros familiares na associação, e se essas participações promoveram alterações no acesso e na diversidade de alimentos consumidos pelas famílias, 100% dos entrevistados afirmaram que sim.

Algumas falas dos agricultores confirmam esse percentual: “antes nós não se alimentava como hoje” (Agricultora X); “adquiri mais conhecimento sobre a composição nutricional dos alimentos” (Agricultora Y); “a associação interferiu em muita coisa, foi muito boa, depois que comecei a participar da associação, eu vi muita mudança na minha vida, na minha família, foi no momento que começamos a iniciar as plantação e os nossos alimentos, então pra mim foi muito bom e tem sido muito bom pra minha família” (Agricultora Z).

Quanto à contribuição em relação ao lazer, 38% não tiveram alteração, o que pode ser constatado por meio de frases como “ainda não tem recurso para essas atividades”; essa realidade é distinta para 63% dos entrevistados que afirmam terem tido interferência na questão do lazer da família, através de viagens ou, ainda, transformando o cultivo das plantas em momentos de lazer.

Esse resultado de contribuição e interferência positivas foi presente também na variável renda, quando 88% das famílias afirmaram que a sua participação na associação interferiu diretamente na renda da família, sendo reafirmada com a fala do agricultor quando diz que “o que mais influenciou foi a condição de vida, que antes eu trabalhava em restaurante e saí, cheguei a trabalhar com detergente, produto de limpeza, saí, trabalhei em cerâmica, saí, e daí... não me envolvia na associação porque não tinha terra onde plantar, e quando meu irmão foi para Goiânia, e a terra ficou desocupada, que é terra de herdeiro, do meu avô, foi onde eu tomei posse da horta, me engajei na associação, me tornei sócio, e daí comecei a comercializar no Recife, foi aonde veio a mudança bem de vida e o lado financeiro, que tem me ajudado muito e vem me ajudando, e é o meu sustento, é essa área da agricultura, e a associação como apoio, como base, é onde nos envia como agricultor, foi onde eu pude sentar e ver os pontos para onde posso ir, e hoje uso o nome da ASSIM, o documento OCS que veio através da associação que deu o direito em trabalhar nas feiras em Recife” (Agricultor B).

Figura 7 – Percepção dos agricultores familiares envolvidos no sistema de produção orgânica acerca da interferência no acesso aos alimentos, práticas de lazer e renda, em percentuais



Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas a essas questões permitiram compreender como é importante uma organização social (associação) na promoção do desenvolvimento rural e local. Esse resultado positivo da associação no território rural também foi verificado na pesquisa desenvolvida por Assis e Romeiro (2005) no sul do Paraná, onde a associação, na visão de parte dos produtores, tem assumido a

articulação da criação de mecanismo de comercialização e estruturas comunitárias de beneficiamento da produção.

Na Comunidade Marrecos, os agricultores foram contemplados com vários benefícios promovidos por esse envolvimento com a agricultura orgânica e, conseqüentemente, o associativismo; dentre eles, foi mencionada a promoção de atividade de lazer, alguns disseram que começaram a viajar mais, outros que transformaram a atividade agrícola em uma atividade de lazer, assim como expressa a Agricultora C, quando diz que “o trabalho com as plantas pra mim é uma atividade de lazer”. Essa afirmação vai contra o mito que se tem sobre o espaço rural –Silva (2001) afirma que é um espaço apenas de produção, no entanto, essa realidade encontrada mostra que o campo é espaço de bem viver, local de relações que vão além do setor produtivo e que a todo tempo está se transformando, principalmente em realidades cuja autonomia financeira vem sendo construída durante o processo de mudança.

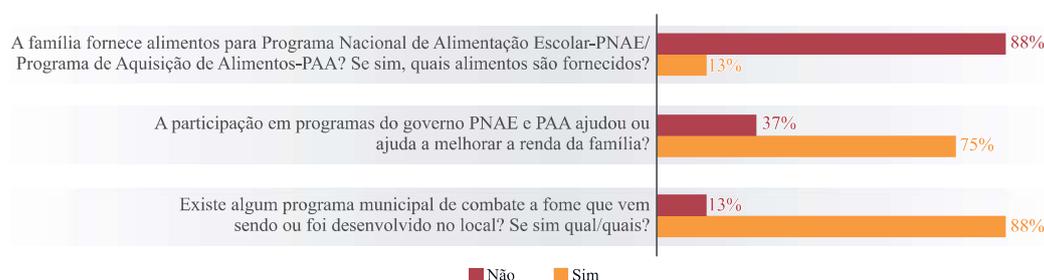
4.4 Políticas públicas e o fortalecimento da agricultura familiar do sistema de produção orgânica

As políticas públicas no Brasil têm contribuído com os agricultores rurais e, em alguns casos, vêm sendo a esperança de uma melhoria de vida; em outros, é apenas mais um processo burocrático que o governo desenvolve para beneficiar determinado setor de produção. Os programas, quando criados, tiveram como foco os agricultores familiares. De acordo com Quijada *et al.* (2020), são programas construídos a partir de atores e interesses diversos, que influenciaram os rumos desse segmento no Brasil.

Quando aplicada a pesquisa aos agricultores sobre os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os agricultores mostram ter conhecimento sobre as políticas, mas nem todos têm acesso, embora participem da mesma associação. Tais razões para não acessarem os programas são: a falta de vagas para fornecimento de alimentos, a falta de alimentos durante os períodos de entrega devido às condições climáticas e a dificuldade com a disponibilidade de água para produção. Mesmo diante dessas dificuldades, 88% dos agricultores participaram de um desses programas ou dos dois, como mostra a Figura 8.

Dentre as principais hortaliças e frutíferas que os agricultores fornecem, a macaxeira é a que se destaca, seguida da batata-doce, coentro, banana, alface, cebola, cenoura, limão/laranja e inhame. O fornecimento desses alimentos e a participação no PAA e/ou PNAE têm contribuído com a renda de 75% dos agricultores, e 13% dos agricultores que fornecem alimento afirmaram que sua renda não teve interferência decorrente da participação nos programas (Figura 8).

Figura 8 – Percentual dos agricultores sobre políticas públicas e incentivo à promoção da segurança alimentar e nutricional

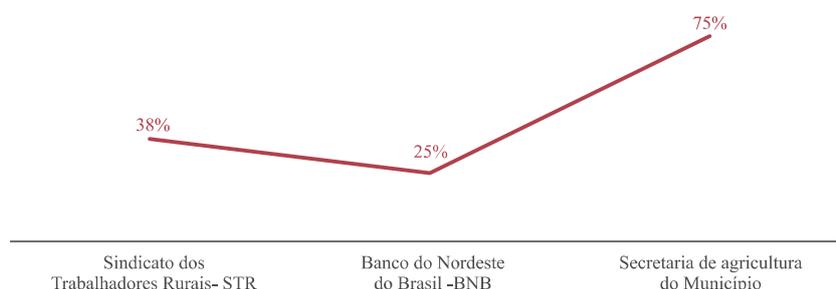


Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo com as dificuldades de acesso e execução dos programas nos municípios, a luta contra a fome e o fortalecimento da agricultura familiar vem ganhando forças através de outros órgãos e/ou instituições. No município de Lagoa de Itaenga, esse fortalecimento está tendo apoio de três órgãos: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Banco do Nordeste do Brasil e a Secretaria de Agricultura do Município. De acordo com os resultados da pesquisa, quando comparada a frequência das respostas dos agricultores a secretaria de agricultura foi a mais mencionada entre as respostas (Figura 9).

No entanto, quando vistos os percentuais apresentados no gráfico abaixo, é perceptível a discrepância entre os valores, ultrapassando os 100%, isso porque a frequência de atuação de um determinado representante não anula a outra, dessa forma, as respostas foram de acordo com a ajuda que cada grupo familiar obteve e mencionou na entrevista.

Figura 9 – Identificação, por parte famílias, quanto às organizações e/ou instituições que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da segurança alimentar (em percentual)



Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, os agricultores orgânicos da região da Zona da Mata Setentrional apresentam um bom acompanhamento e acesso às informações e benefícios de políticas públicas, que se dá pela participação da associação e apoio das outras instituições que visam ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no local.

Sem dúvida, os programas PAA e PNAE trazem alternativas para os agricultores enquanto um destino da produção de alimentos, propiciando um acréscimo na renda desses agricultores e sendo uma segurança do escoamento da produção, além das feiras orgânicas. A necessidade do apoio local, certamente, faz toda a diferença, incentivando e dando condições para a expansão da agricultura orgânica, e abrindo portas para o desenvolvimento rural local.

Outra política pública acessada por 75% dos agricultores foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Figura 10), que foi uma das principais políticas iniciais que contribuíram com o crescimento dos agricultores na agricultura orgânica, seguido do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para esse grupo de agricultores.

Quando questionados sobre a contribuição da prefeitura no processo de comercialização e nos espaços, 88% dos agricultores afirmaram que ela contribui com a oferta de espaço e o transporte para as feiras. Quanto à participação nas feiras e a relação das feiras com a renda, ficou explícito que o envolvimento dos agricultores tem contribuído com a renda de 100% dos entrevistados.

Sem dúvida, a agricultura orgânica tem incluído os agricultores nos espaços de comercialização, e esta relação de produção e venda direta tem contribuído com a renda das famílias. Quando questionados sobre as atividades que desenvolviam antes de trabalhar com orgânicos, os agricultores citaram nas respostas: o trabalho na roça, feira livre convencional, restaurantes, cuidadora e empregado de outros agricultores sem acesso aos direitos trabalhistas.

Figura 10 – Envolvimento das famílias com as políticas públicas e espaços de comercialização



Fonte: Dados da pesquisa.

A transformação na vida dessas famílias ocorreu através da participação de algum integrante da família, sendo esposa, filha, mãe, irmão ou o próprio agricultor que buscou informações sobre o sistema de produção e começou a participar da associação. A associação, nesse território, tem desenvolvido sua função enquanto organização social, dando suporte como elo entre os espaços de comercialização e os agricultores. Nesses espaços, obtém-se a renda principal com a venda de hortaliças e derivados, comercializados por meio de vários mercados, tanto pelas feiras agroecológicas e orgânicas e eventos como para a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PAA).

Os agricultores participam das feiras que ocorrem em 10 locais na capital Recife: Espaço Agroecológico de Boa Viagem, Feira de Economia Solidária e Agroecológica (UFPE) em frente ao prédio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Espaço Agroecológico de Santo Amaro, Feira Orgânica Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, Feira Orgânica Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco Paula Batista (TJ-PE), Feira Agroecológica de Olinda, Feira Espaço Agronomia de Setúbal, Feira do Hospital Plano de Areia, Feira Agroecológica de Camaragibe, Feira orgânica realizada na Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB).

5 CONCLUSÃO

Os agricultores orgânicos da Zona da Mata Setentrional apresentam suas especificidades enquanto grupos familiares com experiências de vida distintas, mas unidos pelo mesmo propósito e atraídos por um objetivo maior: ter qualidade de vida no campo. De acordo com a presente pesquisa, foi possível caracterizar o perfil socioeconômico e alimentar dos agricultores familiares orgânicos envolvidos na pesquisa, evidenciando as políticas públicas adotadas por eles, bem como levantar as questões no que se refere à segurança alimentar e nutricional, considerando as variáveis: renda, escolaridade, gênero, organização social, alimentação e acesso às políticas públicas.

Com relação à escolaridade, foi identificada a ausência do analfabetismo, o que é uma realidade boa dentro desse grupo, considerando que muitos agricultores, cuja idade é mais elevada, priorizavam o trabalho em vez da escola, não por uma escolha, mas por necessidade.

O envolvimento com a agricultura orgânica promoveu mudanças nos hábitos alimentares da maioria dos agricultores; primeiro, a mudança no sistema de produção e/ou profissão levou os agricultores a se envolverem na associação, e esse vínculo permitiu o acesso aos espaços de comercialização, e foi a partir desses envolvimento e relações que ocorreu a contribuição na renda das famílias.

Para os agricultores pesquisados, essa qualidade de vida se deu por meio do trabalho com a agricultura orgânica, que os levou a participar da associação, que foi o meio principal que possibilitou que os agricultores recebessem instruções sobre os sistemas de produção orgânica e agroecológica no qual estão inseridos.

Com a criação da ASSIM, as ações passaram a fortalecer a comunidade, sendo um ponto de partida para projetos e pesquisas que perceberam o potencial do trabalho desenvolvido nessa comunidade, e a transformação de vida que ocorreu gradualmente nos sujeitos envolvidos nessa organização, sendo um exemplo dentro do município, e um atrativo para outros agricultores que desejam mudar sua forma de produção e sua qualidade de vida.

Toda essa relação de produção, organização social e comercialização por meio da venda direta impactou a vida dos agricultores das seguintes formas: interferiu nos hábitos alimentares dos grupos familiares, trazendo aprendizados sobre os aspectos nutricionais dos alimentos; a aproximação do lazer com o trabalho trouxe oportunidade de viver momentos de descontração que antes não existiam; a inclusão de novos alimentos nos pratos, o que diminui os gastos com alimentação; a busca por uma alimentação saudável; e a alegria em produzir o próprio alimento.

Por fim, observou-se, por meio desta pesquisa, que as instituições conseguiram reconhecimento e visibilidade por empresas que buscavam contribuir com o desenvolvimento de ações em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento rural. Nesse sentido, a associação desenvolveu, ao longo do ano de 2022, dois projetos em prol do envelhecimento ativo, sendo trabalhada a segurança alimentar com esse público e a expansão da agroecologia como promoção da segurança alimentar e qualidade de vida.

Sendo assim, esta pesquisa contribuiu, com os dados levantados, para que qualquer pessoa que tenha o interesse possa saber como os agricultores se valeram da participação em associações, motivando novas ações, e, academicamente, para incentivar novas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. O.; SANTOS, A. L. S.; AZEVEDO, R. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória, **Rev. Bras. de Agroecologia**, p. 19-27, 2012.
- ASSIS, M. M.; PENNA, L. F.; NEVES, C. M.; MENDES, A. P. C. C.; OLIVEIRA, R. M. S.; NETTO, M. P. Avaliação do conhecimento nutricional e comportamento alimentar após educação alimentar e nutricional em adolescentes de Juiz de Fora – MG. **HU Rev.**, Juiz de Fora, v. 40, n. 3 e 4, p. 135-143, jul./dez. 2014.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Familiar na região centro sul do estado do Paraná. *Rev. De Econ. E Soc. Rural*, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 01, p. 155-177, jan./mar. 2005.
- BALEM, T. A. Associativismo e cooperativismo. **Rede e-Tec**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2020/04/ASSOCIATIVISMO-E-COOPERATIVISMO.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- CLEMENTE, E. C.; OLIVEIRA, I. L.; STURZA, J. A. L. O associativismo como promotor do desenvolvimento rural e (re) organização espacial em assentamentos rurais. **Rev. Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 44852-44864, jul. 2020.
- FERNANDES, F. R.; AMARO, G. B.; MADEIRA, N. R.; CAVALIERI, S.D.; MELO, W F. BioFort: Saúde na mesa dos brasileiros, **Embrapa agroindústria de alimentos**, RIO DE JANEIRO: EMBRAPA-RJ, 2014.

- FERNANDES, F. R.; AMARO, G. B.; MADEIRA, N. R.; CAVALIERI, S.D.; MELO, W F. Biofortificação: batata-doce Beaugard. **Embrapa**, Brasília, 2014.
- FERREIRA, M. I. C.; POMPONET, A. S. Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 267-302, nov. 2019/fev. 2020.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- LIMA, M. O.; GOMES, F. A.; MATTAR, E. P. L.; RIBEIRO, O. A. S.; FERREIRA, J. B. **Aspectos nutricionais de feijões crioulos cultivados na Amazônia ocidental, Acre, Brasil**. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 10, n. 19; p. 163, 2014.
- MALUF, W. R. A batata doce e seu potencial na alimentação humana, na alimentação animal, e na produção de etanol biocombustível. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE OLERICULTURA, 53., Disponível em: http://www.abhorticultura.com.br/eventosx/trabalhos/ev_7/MALUF.PDF. Acesso em: 20 fev. 2021.
- MAPA - MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional, **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 909-916, 2013.
- ROSINI, E. **O associativismo como estratégia de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no município de Catanduvas – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Paraná, 2013.
- QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Interface Tecnológica**, v. 17, 2020.
- SALASAR, T. C. C. O.; HORN, R. C.; GOLLE, D. T.; ZAMBERLAN, J. F.; GELATIL, G. T.; KOEFENDER, J.; SALAZAR, R. F. S. Propriedades nutricionais e benefícios do consumo da polpa e folha de batata doce. **In book: Desenvolvimento Agropecuário Sustentável**, p. 149-163, 2019.
- SAMBUICHI, R. H. R.; ALMEIDA, A. F. C. S.; PERIN, G.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Rev. de administração pública**, Rio de Janeiro, p. 1079-1096, 2020.
- SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.
- SILVA, E. R. A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**, Brasília, 1999.
- SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Rev. Estud. Av.**, v.15, n. 43, 2001.
- SOUZA, F. B. **Associativismo rural: uma análise da associação comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN**. Monografia – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO, S. G. **Agricultura orgânica no Brasil**: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Campinas: Embrapa Territorial, 2019.